

O sucesso de Fernando Henrique não será fácil

Em qualquer país normal, uma taxa de inflação mensal de cerca de 2,5% seria considerada alarmante. No Brasil, o antepenúltimo ministro da Economia, Fernando Henrique Cardoso, foi quem fez o pequeno milagre de reduzir a inflação mensal para esse nível. E isso realmente foi feito. Os preços estavam aumentando mais de 40% ao mês antes do seu plano antiinflacionário. E a nova moeda coroou o plano há cerca de seis meses. Mesmo assim, uma inflação mensal de 2,5% representa uma taxa de quase 35% ao ano. Esta cifra serve de lembrete e indica quanto Fernando Henrique, atualmente presidente eleito do País, ainda tem que fazer.

Ele e a sua nova administração tomam posse no dia 1º de janeiro. Os homens que o ajudaram no seu plano de estabilização fazem parte proeminente de seu novo governo. O cargo que ocupou antes foi dado a Pedro Malan, que é no momento presidente do Banco Central, onde será substituído por Péricio Arida, um

dos autores do plano. Estes novos homens estão herdando um crescimento saudável - praticamente 5% em 1994, como em 1993, depois de três anos fracos - , uma moeda forte, a confiança da população e principalmente de investidores estrangeiros e autoridades financeiras internacionais. Eles também estão herdando problemas complexos.

Um real forte é um deles. A moeda está forte demais e perturba o conforto dos industriais. Nos anos 70 e 80, as indústrias alemã e japonesa aprenderam, através de melhorias constantes de qualidade e produtividade, a enfrentar a pressão de uma moeda forte. É um círculo virtuoso e encantador, quando se pode mantê-lo. Mas essas indústrias não tinham que lidar com uma moeda tão forte que se mantém estável e que de fato aumenta seu valor, como é o caso do real desde julho, em relação ao dólar. E isso, apesar de os custos internos se elevarem cerca de 35% ao ano. Eventualmente, algum lado deve ceder. Até o momento, têm sido as frá-

géis forças de trabalho: o que está bem, embora implique problemas políticos. Mas com o tempo a produção também será atingida, à medida que os produtos brasileiros se tornem menos competitivos. Ou o real terá de recuar nos mercados de câmbio. E no momento em que isso acontecer, a inflação sofrerá um aumento.

Ou então - e para isso existe, na teoria, um meio de evitar esses dois problemas - a inflação terá de ser não apenas reduzida, mas sim derrotada, e com certa brevidade. É nesse ponto que os outros problemas de Fernando Henrique começam. Para derrotar a inflação há a necessidade de liquidar o caos das finanças do setor público. E este caos está sustentado na Constituição, que obriga o governo central a ter gastos com os quais não pode arcar. O que, até pouco tempo atrás, permitiu que os governos estaduais utilizassem uma parte do dinheiro do Tesouro que não deveriam gastar. Mesmo em 1994, um ano de boa arrecadação de impostos, apenas

12,5% do Produto Interno Bruto chegará às mãos do governo central.

O centro camuflou os seus métodos durante 1994, primeiro com um acordo de emergência, que lhe permitiu manter suas próprias receitas afastadas de mãos gananciosas, e, depois, com novos impostos. Mas todo o sistema fiscal precisa de uma reforma. Como também as provisões constitucionais que encasulam vários empregos, salários e pensões; e outras que mantêm setores como o petrolieros e o de telecomunicações nas mãos do Estado. E, para tudo isso, o novo presidente, Fernando Henrique Cardoso, precisará de um apoio de 60% no Congresso.

Será que o Congresso o ajudará? Aparentemente, tudo indica que isso será fácil. Em si mesmo, o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) de FHC não é forte. Mas as três agremiações que apoiaram sua candidatura, em outubro, obtiveram em conjunto 36% das cadeiras no Congresso, e as outras, como as ocupa-

das pelo centrista Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que ele tenta atrair, deverão lhe dar o apoio de que necessita. Além disso, ele tem a seu favor o prestígio do recente triunfo eleitoral - seu partido conseguiu eleger os governadores de vários estados, inclusive os três de maior peso, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. E vários outros governadores tiveram seu apoio.

Entretanto, não é nas aparências que a política brasileira funciona. Ela tem dez partidos importantes, todos eles divididos. Está envolvida de conflitos pessoais e regionais. A escolha de um "superministro", José Serra, provocou uma crítica severa do atual ministro da Fazenda, ainda que ambos pertençam ao partido de Fernando Henrique Cardoso. A necessidade de apertar os cintos muitas vezes será uma medida impopular. O sucesso não será fácil. Mas Cardoso precisa ter êxito para que seu gigantesco País seja levado a sério em coisas mais importantes do que o futebol.